



### PARECER 0057/2025

**Processo:** 0013/2025  
**Unidade Gestora:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO  
**Julgamento:** Menor Preço  
**Modalidade:** Dispensa  
**Nº Licitação:** 022/2025  
**Data:** 28/01/2025  
**Valor Total:** 8.343,36  
**Observações:**  
**Destinatário:**

Trata-se de Parecer do Processo Administrativo nº 22/2025.

Na qualidade de responsável pelo Órgão de Controle Interno e no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal nº 007/2023 e Decreto Executivo nº 184/2024, é de parecer que o Processo Licitatório analisado cumpre o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Executivos nº 82/2022, 84/2022, 85/2022, 86/2022, 87/2022, 88/2022, 89/2022, 90/2022, 16/2023, 113/2023, 186/2023, 73/2024, 177/2024, Portaria nº 314/2024 e Instrução Normativa SCI - 003/2023. Portanto, o presente parecer classifica o citado processo como **REGULAR**.

**Fornecedor:** L F CAMINHÕES LTDA

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS REALIZADOS POR EMPRESA AUTORIZADA WOLKSWAGEM DO VEÍCULO PLACA QHE1215 QUE FAZ PARTE DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR.

**Protocolo:** **Valor:** 8.343,36

**Observação:**

Município de Águas de Chapecó - SC, 29 de Janeiro de 2025

YAGO

HOSS:08906881924

Assinado de forma digital por YAGO  
HOSS:08906881924  
Dados: 2025.01.29 07:54:57 -03'00'

Yago Hoss  
Controlador Interno



**PARECER JURIDICO**  
Processo Licitatorio administrativo nº 22/2025  
Modalidade: Dispensa de Licitação

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Contratação Direta. Dispensa ao processo licitatório fundamentada no art. 75, IV, a, da Lei nº 14.133/2021. Aquisição de bens e serviços. Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada. Cabimento. Pela legalidade do procedimento.

## I – Relatório

Foi solicitado parecer deste Setor Jurídico, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021, por intermédio do Setor de Compras, Contratos e Licitações, sobre o procedimento de gestão administrativa que visa a aquisição direta, mediante dispensa ao procedimento licitatório, a contratação de empresa especializada para revisão de garantia, com substituição de peças do **ÔNIBUS VOLKSWAGEN 15.190 FOD**, placa **QHE1215/SC** e **MARCOPOLO VOLARE V8L 4X4**, placa **RDY9L76** para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, fundamentada no art. 75, IV, a, da Lei nº. 14.133/2021.

É que merece ser relatado. OPINO.

## II – Fundamentação

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Neste desiderato, o art 75, IV, a, da Lei de Licitações, dispõe textualmente que é dispensável a realização de licitação para contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessárias a manutenção de equipamentos, a



serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Art. 75. É dispensável a licitação:

- IV - para contratação que tenha por objeto:
  - a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Do excerto legal, percebe-se a perfeita consonância da pretendida contratação e a conformação legal. Desta forma, não há qualquer impedimento, sob a lúpa da legalidade, em se proceder à referida contratação por meio de dispensa de licitação, respeitadas os condicionantes normativos já apresentados, bem como obedecido a instrução processual prevista no art. 72 da Nova Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Nesta perspectiva, cabe destacar que, a esta altura, compõe o processo de contratação o Documento de Formalização da Demanda, elaborado pelo Chefe de Setor da Secretaria Municipal de Educação, Sra. Tatiane Bressan.

O Termo de Referência nº 06/2025, juntado aos autos, apresenta o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto, com especificação clara e precisa, justificativa da contratação, fundamentação legal, modalidade de licitação, tipo de licitação, especificação técnica e quantidade dos itens, prazo e local de entrega, as condições de recebimento, o valor estimado das obrigações das partes envolvidas, controle de fiscalização do serviço, pagamento, dos impedimentos, reajuste, proteção de dados, sanções administrativas e demais aspectos pertinentes para garantir que o objeto atenda as demandas do órgão requisitante.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) está disciplinado no art. 6º, XX, e art. 18, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021:



Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:  
XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Desta feita, analisado o Estudo Técnico Preliminar nº 06/2025, observa-se que o mesmo observou a legislação aplicável.

Em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, nos termos do art. 72, II, da Lei nº 14.133/21.

As documentações remanescentes as regularidades fiscais, trabalhistas, previdenciária, FGTS, Recuperação Judicial e Extrajudicial, bem como as relativas à habilitação jurídica, pertinentes, estão devidamente instruídas, estando e aptas à contratação da empresa, nos termos dos art. 68 e 72, incisos I a VIII da Lei nº 14.133/21.

Por resto, nunca é demais destacar que o Gestor deve adotar todas as cautelas possíveis para que não haja fracionamento de despesas, o que poderá vir acaracterizar ato de improbidade administrativa por dispensa ilegal de licitação.

Por todo o exposto, constata-se que a contratação da aludida empresa atende aos requisitos exigidos pela legislação.


### III – Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, este Setor Jurídico manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, fundamentada no art. 75, IV, a, da Lei nº 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito, ficando a decisão de mérito acerca da conveniência, oportunidade, necessidade e viabilidade orçamentária a cargo da autoridade consultente, haja vista, a *priori* não se vislumbrar quaisquer óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório.

E o parecer. *Sub censura.*

Retornem os autos ao Setor de Compras, Contratos e Licitações.

Aguas de Chapecó, 29 de janeiro de 2025.

  
Mauro Lacerio Carvalho de Medeiros  
Advogado Público Municipal